

REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA 1



REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - SEÇÃO
NITERÓI

ANO 1 - JAN/JUN DE 2005
ISSN 1980-9018

ALCÂNTARA: Representação Espacial e Criação de Município

Alcântara: Spatial Representation and Criation of the Municipality

O Começo da representação, emancipação e grupos emancipacionistas

No dia três de dezembro de 1995, a população dos distritos de São Gonçalo, Ipiíba e Monjolos, do município de São Gonçalo - Estado do Rio de Janeiro, foi às urnas para referendar, ou não, a criação de um novo município: São Pedro de Alcântara.

A base territorial do novo município seria composta por uma parte da área do primeiro distrito - São Gonçalo -, e a área total do segundo e terceiro distritos - Ipiíba e Monjolos, respectivamente. (ver mapa no fim do texto)

É fato inédito, em processo de criação de um novo município, no Estado do Rio de Janeiro, partir-se da base territorial de dois distritos e parte da área de um terceiro. Também inédito, é identificar o novo município com o nome de um bairro do segundo distrito, Alcântara (centro econômico do distrito de Ipiíba), para onde convergem os fluxos de pessoas que utilizam os serviços ali oferecidos.

Os grupos favoráveis à emancipação denominavam-se “Movimento Independente pelo Progresso de Alcântara” e “Movimento pela Melhoria da Qualidade de Vida”, que na prática constituem um só grupo. O grupo contrário denominava-se “Movimento Comunitário Pró-Unidade Municipal” e sua formação contava com o apoio do poder municipal e dos partidos políticos.

Esses três grupos buscavam o apoio da população local para suas propostas, com os seguintes argumentos:

ARGUMENTOS PRÓS E CONTRA

ASPECTOS ANALISADOS	DOS QUE SÃO CONTRA	DOS QUE SÃO A FAVOR
Políticos	O movimento separatista não tem origem popular. Ele nasceu e está sendo conduzido por políticos que, sem possibilidades no atual quadro municipal, pretendem criar um cenário novo para	Os políticos nunca deram a devida atenção ao Alcântara, mais preocupados com os bairros do centro do município. Com a separação pode-se criar uma nova elite política, comprometida com os

O Autor

Eduardo Karol

Mestre em Geografia na USP e Professor Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ)

Resumo

O presente artigo trata o processo de emancipação municipal através da análise da representação espacial dos grupos envolvidos no município de São Gonçalo - RJ.

Palavras-Chave

Espaço - emancipação - atores

Abstract

The matter of this article is the municipal emancipation through analysis of spatial representation involved groups in the São Gonçalo - RJ municipal district.

Keywords

Territory - municipal emancipation - acting groups

	realizar seus projetos pessoais.	interesses dos bairros do novo município.
Urbanos	O maior volume de obras do Governo Ezequiel foi realizado no Alcântara. E o atual prefeito garante que já entregou muitas e está realizando inúmeras obras nos bairros do Alcântara.	Os governos municipais não têm aplicado nos bairros dos distritos da área, os impostos que ali arrecadam. Com a separação, Alcântara terá um retorno certo do que paga em tributos.
Econômicos	As dificuldades da atual conjuntura econômica são difíceis de transpor pelo grande município de São Gonçalo. Se estiver dividido e enfraquecido será mais difícil ainda.	Além do pólo de confecções e do forte comércio, Alcântara pode desenvolver um programa industrial e uma agricultura de subsistência, que nunca tiveram incentivos.
Administrativos	São Gonçalo atualmente é a 16ª cidade brasileira em população e a 2ª do Estado do Rio. Dividida, seriam apenas mais dois municípios, como tantos outros.	Dividida em dois municípios de pouco mais de 100 km ² e populações em torno de meio milhão de habitantes, a atual São Gonçalo ficaria mais fácil de governar.
Limítrofes	O projeto de emancipação não poderia alcançar o 1º distrito. E os limites estabelecidos em ruas contrariam a continuidade territorial que a lei recomenda.	Nada impede que os limites dos municípios sejam ruas ou acidentes geográficos. Niterói e São Gonçalo são separados por ruas. E no Sul, ruas separam, o Brasil do Uruguai e da Argentina.

Fonte: Argumentos Prós e Contra. Nosso Jornal, São Gonçalo, 1º a 7 de dezembro. 1995, p.5.

O quadro apresenta as sínteses que são expostas pelos grupos em disputa, mostrando o que, segundo Noronha (1993), são os principais motivos para a reivindicação de emancipação de distritos. Esses motivos são de ordem Administrativa, Econômica Dinâmica, Econômica por Estagnação e Política. Esse trabalho tem como objetivo analisar os motivos expostos, com ênfase na representação espacial dos diversos grupos envolvidos no processo: o emancipacionista, o pró-união e a população.

A representação dos contra e dos a favor

As afirmações abaixo dão-nos uma amostra de como os grupos envolvidos no processo referem-se àqueles que decidirão qual será o destino do plebiscito:

“... o que estão querendo fazer com a população do Alcântara é uma maldade” Prefeito João Bravo<1>.

“... o povo do Alcântara não está participando do problema e mesmo que haja plebiscito não acredito que haverá quórum necessário para aprovar a emancipação” Vereador Ivanildo Lima<2>.

“Donato Guimarães diz que mesmo a sustação dos processos não vai acabar com o sonho de se emancipar, que a população de Alcântara acalenta há vários anos” <3>.

“É lamentável constatar que a população da área a ser emancipada ainda se mantenha muito distante das discussões que vêm sendo travadas, como se o assunto não fosse da sua conta nem influísse diretamente nas suas vidas. (...) O que a população não pode nem deve é ficar omissa e indiferente ao processo, deixando que as decisões sejam tomadas pelos líderes emancipacionistas e que pareça ser o movimento uma questão pessoal ou de um pequeno grupo” <4>.

O poder municipal pronuncia-se tentando mostrar que o processo é uma ação de insensatos contra a população e anuncia, no momento do pleito, um pacote de obras para tentar conter a insatisfação da população que se sente abandonada. Por outro lado, os emancipacionistas vivem o desespero de ver seu discurso não influenciar a decisão da população, apesar da pesquisa encomendada indicar que 80% dos eleitores são a favor da emancipação.

As afirmações acima revelam que o debate encontra-se no campo da sensibilização dos eleitores para serem contra ou a favor, desconsiderando os principais aspectos, como a criação de nova infra-estrutura para o novo município, a utilização dos recursos na criação dessa infra-estrutura. A não discussão desse tema pelos moradores envolvidos no pleito significa que se defrontam com um espaço que não ajudaram a criar, cuja história desconhecem, cuja memória lhes é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação, em que a reprodução das relações sociais concentram-se no nível do vivido e aí permanecem (Santos, 1987, p.61).

Os grupos que lutam pela emancipação não levaram em conta que a população dos distritos envolvidos no processo valorizam mais a identidade de ser gonçalense, referindo-se mais à escala municipal, do que uma identidade criada com urgência para referendar propostas de grupos de interesse conforme o quadro argumentos prós e contras revela-nos. É fato que a população envolvida olha o processo com desconfiança e intui que cairá sobre ela todo o custo que um novo município trará. Deste modo, não há dúvida de que hoje as pessoas já não ignoram a sociedade em que vivem e lhe conhecem alguns desvios e algumas astúcias, mesmo que ignorem os mecanismos exatos da exploração e os meios do poder.

As estratégias dos grupos envolvidos no processo de emancipação não podiam prescindir de representação. O grupo contrário ao processo emancipatório não refutava a proposta de emancipação com nenhuma imagem, só utilizava a força do discurso e o apoio e aceitação da população. Já não podemos dizer o mesmo sobre os grupos pró-emancipação. Fazia-se necessária uma imagem que reforçasse a viabilidade do novo município para a população. Utilizaram um cartaz com o mapa de Alcântara, dividido em bairros, e o discurso das vantagens que a população do novo município poderia usufruir.(ver cartaz no fim do texto)

Se considerarmos que a produção de “uma representação do espaço já é uma apropriação”, os grupos pró-emancipação empenharam-se nessa tarefa e concretizaram-na, porque “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (Raffestin, 1993, p.144).

O discurso da representação popular

As opiniões de donas-de-casa, comerciantes, motoristas etc., reproduzidas na imprensa local, revelam a falta do “espaço constituído”. Reproduzimos abaixo algumas afirmações de populares com o intuito de perceber as preocupações no processo de emancipação:

“Sou a favor da emancipação porque acho que não dá para continuar dependendo da boa vontade do Prefeito de São Gonçalo na resolução dos nossos problemas. Além disso, Alcântara já é uma cidade que precisa caminhar com suas próprias pernas, ter a sua própria arrecadação e cuidar melhor do seu destino”. Maria da Glória dos Santos (dona-de-casa, residente no bairro de Jardim Catarina)<5>.

“Com a emancipação, Alcântara vai deixar de ser esta bagunça que tem sido até agora. E o Jardim Catarina, naturalmente, será um dos maiores beneficiados, pois é a área de expansão natural do centro do novo município”. Samuel do Santos (comerciante, residente no Jardim Catarina)<6>.

“Comparo a emancipação a uma operação cirúrgica delicada que, embora perigosa, precisa ser feita para salvar a vida de um paciente. No caso de Alcântara, esta operação já está mais do que na hora de ser realizada, pois a cidade não pode continuar vivendo atrelada a uma administração que pouco ou quase nada faz pela população. Acho que a emancipação vai ser saudável para o Alcântara”. José Carlos de Azevedo (auxiliar de enfermagem, residente no Coelho)<7>.

“Sou contra a emancipação, principalmente se ela incluir o bairro Trindade, onde eu moro. Acho que os emancipacionistas não deveriam querer pegar um pedaço do distrito sede, como pretendem. Além disso, esse procedimento dificulta o processo de separação. Também sou contra porque acho que a emancipação traz mais despesas para a área emancipada”. Joaquim Tavares de Souza (motorista, residente na Trindade)<8>.

“A emancipação de Alcântara vai ser excelente para nós, moradores desta região. Mas acredito que São Gonçalo também sairá lucrando com isto, porque ficará menor e toda a sua arrecadação vai ser aplicada lá. Além disso, não há condição de se fazer um bom governo com um município tão grande como é hoje São Gonçalo”. Geraldo Félix (vendedor de doces, residente a rua Vicente de Lima Cleto, bairro de Nova Cidade)<9>.

“Não presto muita atenção em política, por isso estou em dúvida se irei votar sim ou não, no dia do plebiscito. Mas acredito que o resultado seja realmente para o benefício do povo. Caso venha a emancipação, espero que as prefeituras não fiquem uma jogando o problema para a outra. Se isso ocorrer, os moradores da rua Vicente de Lima Cleto vão ser muito prejudicados, pois aqui vai ser o limite entre São Gonçalo e Alcântara. Nilcéa Leandro (dona-de-casa)<10>.

Quase que unanimemente as opiniões populares traziam uma preocupação muito mais administrativa do que uma visão de identidade com o município a ser criado. Toda referência é local e reivindicatória de melhorias no nível de infra-estrutura básica. Isso explica, em termos, o pacote de obras anunciado pelo prefeito, levando a crer que o controle da situação estava assegurado.

As opiniões têm preocupação com a divisão do orçamento. As informações sobre o orçamento são de propriedade do poder municipal, indicando a superficialidade que permeou a discussão tanto pelos emancipacionistas como pela população, mostrando um desconhecimento total sobre a questão dos recursos financeiros.

O processo emancipacionista e o seu resultado

No mesmo dia do plebiscito, foi apurado o resultado que não legitimou a criação do novo município. O número de eleitores envolvidos no processo de emancipação foi de 216.495, dos quais eram necessários os quóruns de metade mais um em cada distrito para referendar a criação do município. O quadro abaixo apresenta numericamente a quantidade de eleitores e o quórum necessário em cada distrito:

Distrito	Nº de Eleitores	Quórum	Nº p/ Emancipar
1	51.602	25.802	12.901
2	83.947	41.974	20.986
3	80.946	40.474	20.237
TOTAL	216.495	-	-

Dos 216.495 eleitores, compareceram somente 30.372. Desses, 29.294 votaram pelo sim, 845 pelo não, 233 em branco e 186.123 ausentes. Do total de votantes que compareceu, a maioria votou pelo sim, confirmando a intenção de voto feita em pesquisa de opinião pelo poder postulante.

O resultado apresenta uma grande distância entre o número de votantes e o necessário para configurar a vitória do grupo pró-emancipação no pleito. Os números mostram que todo processo não mobilizou e sensibilizou a população, fazendo com que a maioria não comparecesse ao plebiscito, frustrando os postulantes e confirmando o poder do grupo contrário à emancipação.

Prevaleceu a posição do movimento pró-união, mostrando que o poder postulante descuidou-se de que, para o poder municipal, o controle dos distritos tornou-se um instrumento político de importância capital. O poder municipal interveio com obras de modo a assegurar o controle dos lugares, tornando-o assim, um espaço controlado administrativamente.

Uma primeira apreciação do pleito

Os líderes pró-emancipação procuraram construir uma identidade a partir do sentimento de pertença ao Alcântara. Entretanto, existem duas identidades já sedimentadas na população: uma de sentir-se gonçalense, a outra de sentir-se pertencente ao bairro onde reside. Não existe um sentimento de pertencer ao Alcântara ou ser alcantareense, como queriam os protagonistas da emancipação.

As estratégias do movimento de emancipação não levaram em conta que o cotidiano da família, da escola, dos meios de comunicação local etc. vai consolidando o espaço de controle do poder municipal. Não houve, por parte dos emancipacionistas, a construção de um poder com base territorial para a disputa no pleito.

Os líderes emancipacionistas incorreram no erro de achar que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, a criação da identidade Alcantareense)” tinham resolvido o problema da territorialidade vivida pela população da área. Não se deram conta de que tinham que criar também os alcantareenses, para tentar ver seu projeto não passar de um onirismo. Harvey, sintetizando Lefebvre, ajuda-nos a entender essa situação com a afirmação de que “os espaços de representação são invenções mentais (códigos, signos, “discursos espaciais”, planos utópicos, paisagens imaginárias e até construções materiais como espaços simbólicos, ambientes construídos, pinturas, museus etc.) que imaginam novos sentidos ou possibilidades para práticas espaciais”. Não conseguimos detectar, na breve pesquisa, nenhuma representação do espaço vivido tanto por parte dos líderes pró-emancipação como por parte do poder municipal. O espaço não foi um elemento considerado, a não ser como área física (tamanho do município). O debate foi travado com superficialidade, não revelando o real objetivo das reivindicações à população, que era a criação do pólo industrial no distrito de Monjolos, área de expansão econômica do município de São Gonçalo.

Considerações Finais

Constatamos que não existe um encadeamento lógico de representação espacial entre as três esferas, emancipacionista, população e poder municipal. Percebe-se, assim, a distância entre estas esferas nas relações estabelecidas que culminaram no pleito. A distância aumenta na proporção em que “o lugar não existe plenamente para todos, apesar de seus limites”. Concluimos que, em processo de emancipação, os atores envolvidos não compreendem que as relações espaciais são também relações sociais, e que os processos precisam revelar os verdadeiros interesses que

atravessam uma reivindicação territorial como base de poder constituído ou que queira se constituir. Apesar dos interesses diferenciados dos grupos envolvidos no processo, esses mostraram uma inabilidade no tratamento com a questão espacial, deixando os debates parecerem que estavam num mesmo nível de representação espacial.

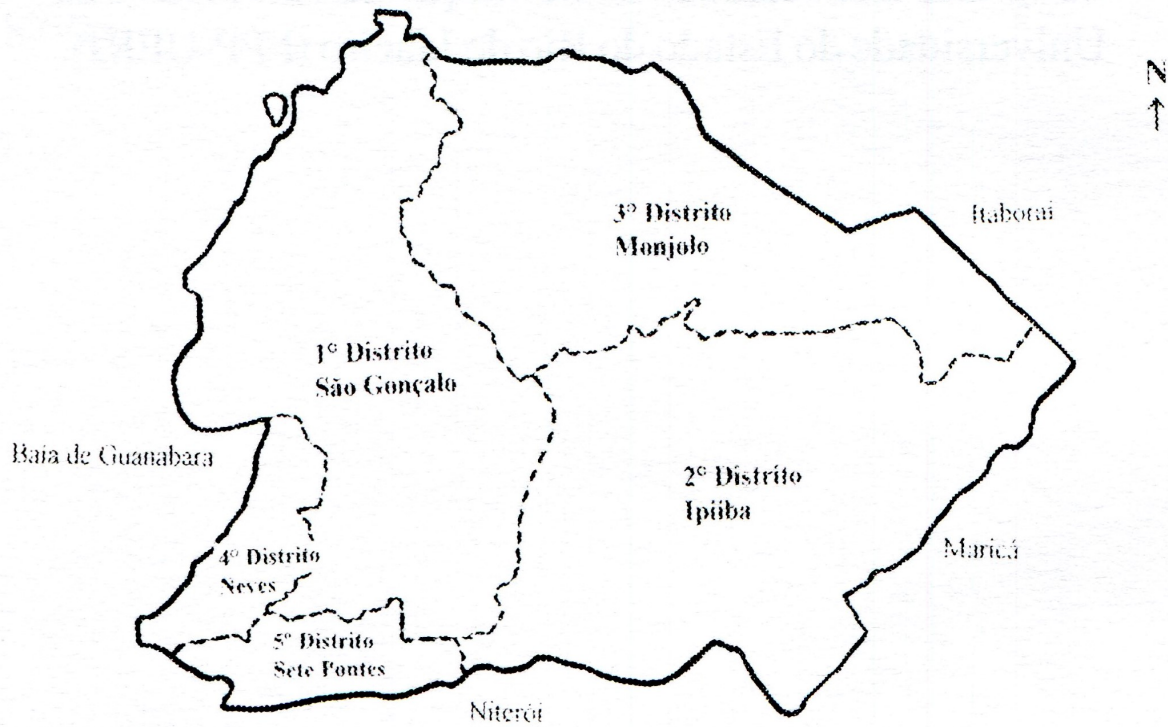
Bibliografia:

- HARVEY, David. A Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993.
- NORONHA, Rudolf. Movimentos de Emancipação Municipal no Estado do Rio de Janeiro a partir de 1985. Rio de Janeiro, 1993. 76p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

Notas

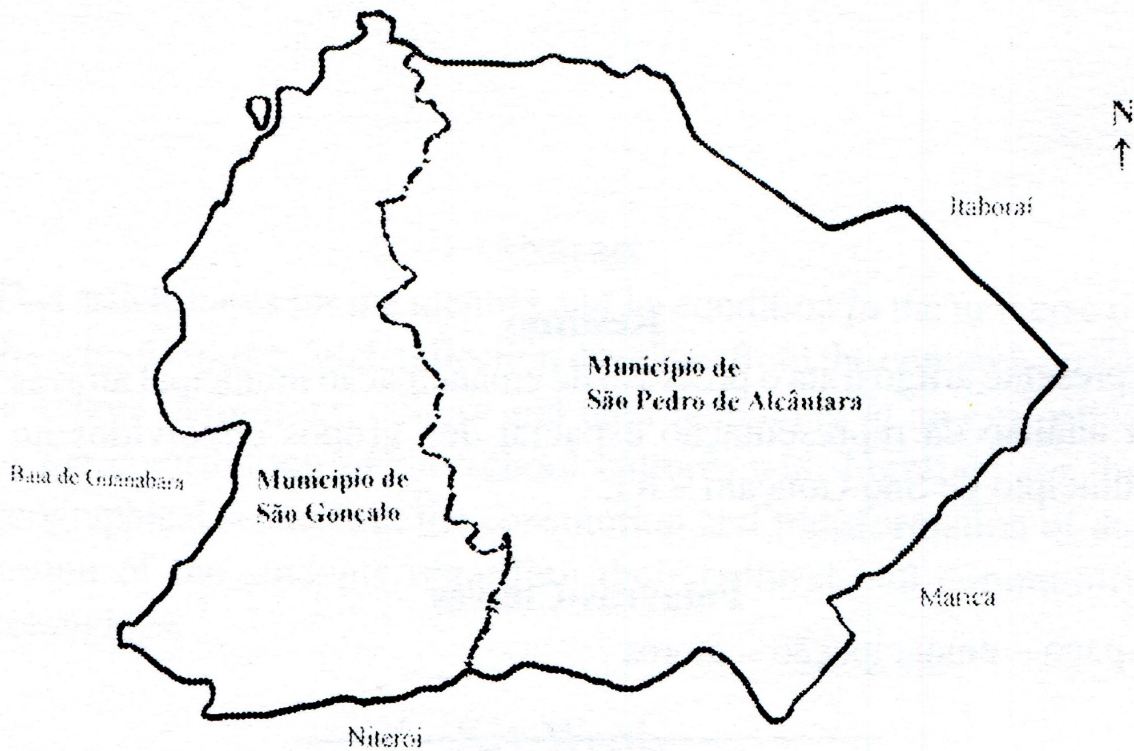
- 1- EMANCIPAÇÃO do Alcântara: domingo é “sim” ou “não”. Nosso Jornal, São Gonçalo, 1º a 7 dez 1995. p.1
- 2- EMANCIPAÇÃO discutida em reunião. Nosso Jornal, São Gonçalo, 13 a 19 mai 1995. p.5
- 3- ALCÂNTARA: emancipação ameaçada. Nosso Jornal, São Gonçalo, 3 a 9 de jun 1995. p. 3
- 4- OMISSOS e indecisos. Nosso Jornal, São Gonçalo, 22 a 28 abr 1995. p. 1
- 5- MOVIMENTO pró-emancipação ganha novas adesões; Aqui a opinião dos populares. Nosso Jornal, 27 mai a 2 jun 1995. p3
- 6- MOVIMENTO pró-emancipação ganha novas adesões; Aqui a opinião dos populares. Nosso Jornal, 27 mai a 2 jun 1995. p3
- 7- MOVIMENTO pró-emancipação ganha novas adesões; Aqui a opinião dos populares. Nosso Jornal, 27 mai a 2 jun 1995. p.3
- 8- MOVIMENTO pró-emancipação ganha novas adesões; Aqui a opinião dos populares. Nosso Jornal, 27 mai a 2 jun 1995. p3
- 9- PIMENTEL, Maria Helena. O Que Pensam os da Divisa. Nosso Jornal, São Gonçalo, 1º a 7 dez 1995. p.4
- 10- PIMENTEL, Maria Helena. O Que Pensam os da Divisa. Nosso Jornal, São Gonçalo, 1º a 7 dez 1995. p.4

Divisão Distrital – São Gonçalo



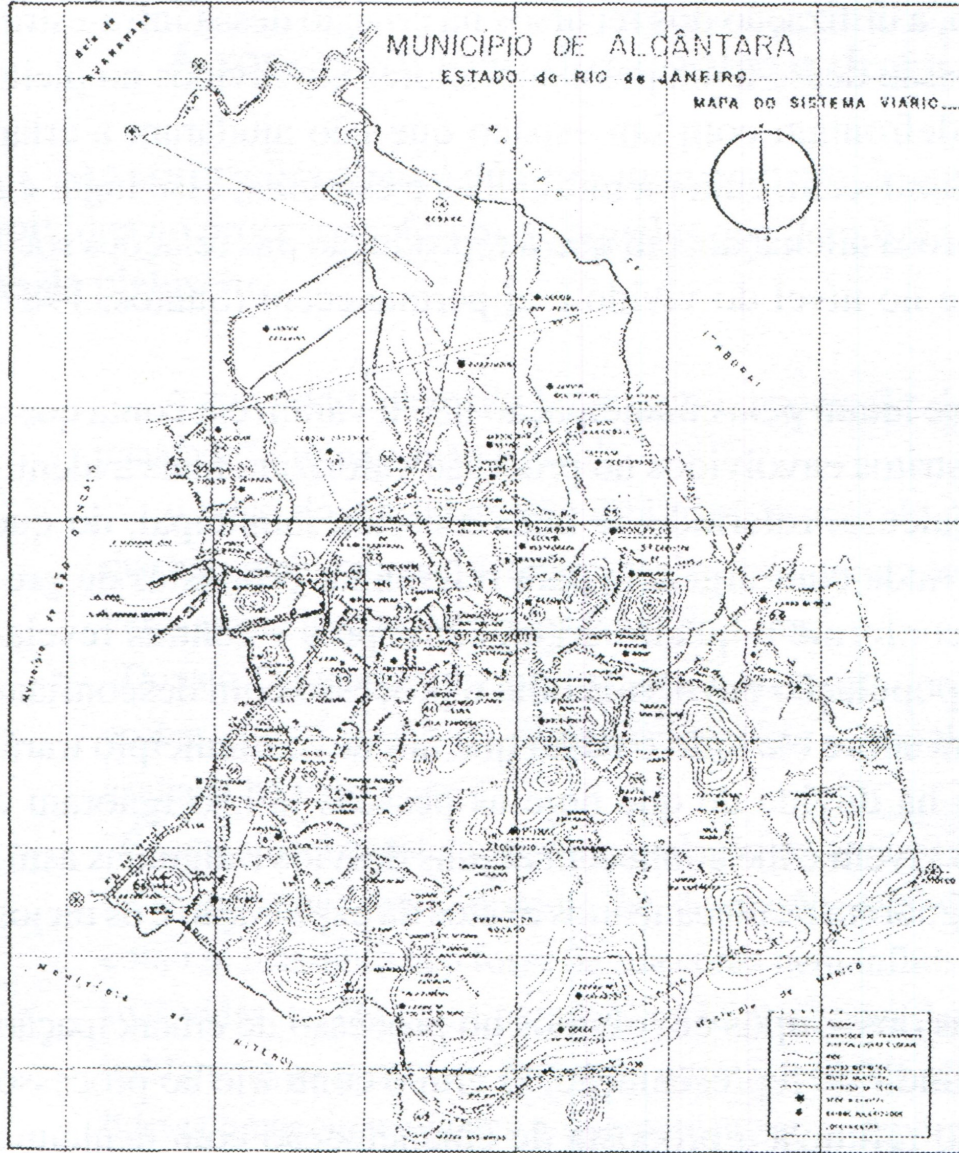
Fonte: CIDE

São Gonçalo e o novo município de São Pedro de Alcântara



Fonte: CIDE — Adaptação Eduardo Karol

EMANCIPAR PARA MUDAR



Bairros do Município de Alcântara

- 01 - ALCÂNTARA
- 02 - ALMEBINDA
- 03 - AMENDOINEIRA
- 04 - ANAIA
- 05 - JARDIM ANAIA
- 06 - ARSENAL
- 07 - ABRASTÃO
- 08 - BARRAÇÃO
- 09 - JARDIM BOM RETIRO
- 10 - COELHO
- 11 - COLUBANDÉ
- 12 - ELIANE
- 13 - ENGENHO DO ROCADO
- 14 - GEBARA
- 15 - GUABANI
- 16 - IPIRÁ
- 17 - JARDIM AMENDOINEIRA
- 18 - JARDIM CATARINA
- 19 - JARDIM NOVA REPÚBLICA
- 20 - JOCKEY CLUB
- 21 - LAGOINHA
- 22 - BOAVISTA DO LARANJAL
- 23 - LARGO DA IDÉIA
- 24 - LUÍS CAÇADOR
- 25 - MARAMBAIA
- 26 - MARIA PAULA
- 27 - MIRIAMBI
- 28 - MONJOLOS
- 29 - MUFONDO
- 30 - NOVA CIDADE
- 31 - PACHECO
- 32 - RAUL VEIGA
- 33 - RIO DO OURO
- 34 - SACRAMENTO
- 35 - SANTA ISABEL
- 36 - SANTA LUZIA
- 37 - TRIBADENIES
- 38 - TRIBORÔ
- 39 - TRINDADE
- 40 - VÁRZEA DAS MOÇAS
- 41 - VILA CANDOZA
- 42 - VILA TRÊS
- 43 - VISTA ALEGRE

Alcântara

Sim

vote

03 de Dezembro

Movimento pela melhoria da qualidade de vida